

ÍNDICE

<i>Prefácio à 13.^a edição</i>	7
<i>Siglas utilizadas</i>	9

PARTE I ELEMENTOS DA ACÇÃO EXECUTIVA

TÍTULO I NOÇÕES GERAIS

1. Processo de declaração e processo de execução. Noção de acção executiva	15
2. Fundamento da execução	18

TÍTULO II O TÍTULO EXECUTIVO

3. Noção e espécies de títulos executivos	23
4. O título executivo europeu	47
5. Processo de injunção	54
6. Natureza jurídica do título executivo	65
7. Uso desnecessário do processo de declaração	67

TÍTULO III AS PARTES

8. Partes principais e partes acessórias	69
9. As posições do cônjuge e dos credores do executado	70
10. Legitimidade do exequirente e do executado	74
11. Desvios à regra geral da determinação da legitimidade	75
1) sucessão no direito ou na obrigação	75
2) dívida proveniente de garantia real sobre bens de terceiro	77
3) terceiros abrangidos pelo caso julgado	80

12. Legitimidade do Ministério Público como exequente	81
13. Patrocínio judiciário	82
14. Cumulação de execuções e coligação	83

TÍTULO IV

A COMPETÊNCIA NA ACÇÃO EXECUTIVA

15. Generalidades	89
16. Competência internacional	90
17. Competência interna	95
a) em razão da matéria	95
b) em razão da hierarquia	99
c) em razão do valor e da forma do processo aplicável	100
d) em razão do território	102

TÍTULO V

AS FORMAS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

18. Processo comum e processos especiais	107
19. Execução para pagamento de quantia certa, para entrega de coisa certa e para prestação de facto.	108
20. Disposições reguladoras	109

PARTE II

PROCESSO COMUM DE EXECUÇÃO

TÍTULO I

DISCIPLINA GERAL DO PROCESSO COMUM DE EXECUÇÃO

21. Regime comum	113
22. A certeza, a exigibilidade e a liquidez da obrigação	113
23. Modo de proceder para tornar certa a obrigação	120
24. Modo de proceder para tornar exigível a obrigação	121
25. Modo de proceder para tornar líquida a obrigação	123
26. Registo informático de execuções	130
27. Agente de execução	132
28. Juiz de execução	142
29. Arbitragem institucionalizada no âmbito da acção executiva	145

TÍTULO II

EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

1.ª SECÇÃO

FASE INTRODUTÓRIA

30. Execução imediata da sentença	149
31. Requerimento executivo	150
32. Recusa do requerimento executivo	159
33. Despacho liminar e citação prévia	161

2.ª SECÇÃO

OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

34. Fundamentos e tramitação da oposição	173
a) a oposição propriamente dita	174
b) a oposição por requerimento	188
35. Efeitos da oposição sobre o andamento do processo executivo	191
a) efeitos da oposição propriamente dita	191
b) efeitos da oposição por requerimento	195
36. Rejeição e aperfeiçoamento da execução	195

3.ª SECÇÃO

PENHORA

37. Conceito e função da penhora	197
38. Objecto da penhora	198
39. Bens absoluta ou totalmente impenhoráveis	203
40. Bens relativamente impenhoráveis	207
41. Bens parcialmente penhoráveis	208
42. Penhora de bens comuns do casal	212
43. Penhora em caso de comunhão ou compropriedade	217
44. Penhora em execução contra herdeiro	221
45. Penhorabilidade subsidiária	223
46. Consultas e diligências prévias à penhora	229
47. Diligências prévias à penhora e resultado delas	230
48. Ordem e modo de realização da penhora	233
49. Bens onerados com garantia real e bens indivisos	236
50. Penhora de bens imóveis	238
51. Penhora de bens móveis	247

a) penhora de coisas móveis não sujeitas a registo	247
b) penhora de coisas móveis sujeitas a registo	250
52. Penhora de direitos	252
I) penhora de créditos	252
II) penhora de títulos de crédito e de valores mobiliários	258
III) penhora de direitos ou expectativas de aquisição	260
IV) penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários	262
V) penhora de depósitos bancários	263
VI) penhora de direito a bens indivisos	266
VII) penhora de quotas em sociedade	268
VIII) penhora de estabelecimento comercial	270
53. Administração dos bens penhorados	275
54. Oposição à penhora	283
55. Efeitos da penhora	287
56. Embargos de terceiro	294

4.ª SECÇÃO

CITAÇÕES E CONCURSO DE CREDORES

57. Citação do executado	313
58. Execução singular e execução colectiva	315
59. Citação dos titulares de direitos reais caducáveis	318
60. Citação do cônjuge do executado	325
61. Articulados no concurso de credores	328
62. Verificação e graduação dos direitos reais caducáveis	337
63. Suspensão da execução nos casos de insolvência	348
64. Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens	350

5.ª SECÇÃO

PAGAMENTO

65. Modalidades de pagamento	355
66. Entrega de dinheiro	356
67. Adjudicação de bens	357
68. Consignação de rendimentos	360
69. Pagamento em prestações	364
70. Aspectos gerais do regime da venda	366
a) modalidades de venda	366
b) fixação da modalidade de venda e do valor base dos bens	367
c) instrumentalidade da venda	367
d) venda antecipada de bens	368

e) dispensa de depósito aos credores	369
f) suspensão da venda	371
71. Venda por propostas em carta fechada	371
72. Outras modalidades de venda	377
73. Direito de preferência	387
74. Direito de remição	391
75. Efeitos da venda executiva	394
76. Invalidade da venda	404

6.ª SECÇÃO

EXTINÇÃO E ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO

77. Modos de extinção da instância executiva	413
78. Renovação da acção executiva	420
79. Anulação da execução	423

TÍTULO III

EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

80. Regime da execução para entrega de coisa	425
81. Títulos que servem de base à execução para entrega de coisa arrendada	427
82. Fundamentos e efeitos da oposição à execução	430
83. Entrega da coisa	433
84. Suspensão da execução de despejo	435
85. Conversão da execução	438

TÍTULO IV

EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

86. Generalidades	441
87. Execução para prestação de facto positivo	446
a) prestação de facto com prazo certo	447
b) prestação de facto sem prazo determinado	450
88. Execução para prestação de facto negativo	451

TÍTULO V

RECURSOS ORDINÁRIOS

89. Regime anterior	455
90. Regime actual	456



I) recurso de apelação	457
II) recurso de revista	461

TÍTULO VI EXECUÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CAUTELARES

91. Generalidades	465
92. Providências cautelares perfeitas	475
93. Providências cautelares respeitantes a prestações pecuniárias	482
94. Providências cautelares respeitantes a obrigações de fazer e não fazer	486
95. Providências cautelares insusceptíveis de execução específica	491

PARTE III PROCESSOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

96. A execução por custas	497
97. A execução por alimentos	500
98. A execução para venda de navio abandonado	504
Referências bibliográficas	507
Índice	515